UM DESMENTIDO

Á nossa entrevista de ontem e o que nós, por condescêndencia, não queríamos dizer, por enquanto, ao sr. Alto-Comissário de Angola

---

A Batalha recebeu ontem a seguinte carta que se apressa a publicar:

Sr. redactor principal de «A Batalha»
—Acabo de ler o jornal de v. em que, com surprêsa, vi publicada uma entrevista em que me são atribuídas várias declarações.

Apelo para v., pedindo a publicação desta carta, que tem por fim declarar sob minha honra que não concedi entrevista alguma, nem sequer expuz a pessoa alguma quaisquer considerações que pudessem servir de base à pretendida entrevista.

Agradecendo desde já por estar certo de que o caractér e lealdade de v. me farão justiça, sou de v. com a maior consideração e estima, etc.—*Francisco da Cunha Rêgo Chaves.*

Satisfeito com a máxima lealdade o pedido do tenente-coronel sr. Rêgo Chaves, isto é, publicada a carta que parece à primeira vista pôr em cheque a nossa probidade

jornalística, sobejamente conhecida, relatemos com clareza, com nitidez, a maneira como no nosso número de ontem surgiu a entrevista com o alto-comissário de Angola.

Como ontem dissemos no preâmbulo da entrevista que publicámos, *A Batalha* foi um dos jornais que mais fortemente atacou a acção nefasta do antigo alto-comissário de Angola, general Norton de Matos. Firmados pelo signatário destas linhas e autor da entrevista de ontem, publicaram-se há dois anos, pouco mais ou menos, trinta artigos seguidos sôbre a forma vexatória para os portugueses e sobretudo para o sr. Norton de Matos, como se estava tratando o negro nas colónias portuguesas, principalmente na província de Angola. Êsses artigos que revelaram crimes monstruosos que ninguem contestou, que nem a Agência de Angola, nem o jornal *A Vitória*, então subsidiado pelo sr. Norton, tiveram a coragem de desmentir, foram a semente de uma campanha que se avolumou e que, por fim, alguns políticos e financeiros, mais por mesquinhos interêsses do que por altruísmo, aproveitaram ruïdosamente conseguindo destronar o alto-comissário.

Um novo alto-comissário ia exercer a sua acção em Angola. *A Batalha* que tanto se empenhara em combater os processos antipáticos do sr. Norton de Matos tinha especial interêsse, senão quási o dever de lealdade, de ouvir e registar as opiniões do sr. Rêgo Chaves, investido agora dêsse alto cargo. Soubemos, porém, por intermédio de um amigo nosso e íntimo amigo daquele funcionário, que dificilmente obteríamos uma entrevista porque o sr. Rêgo Chaves é avêsso a fazer declarações à imprensa. A êsse amigo expusemos a nossa situação e a nossa quási imperiosa necessidade — para bem servir os nossos leitores, pobres operários africanos, que na nossa acção confiam — de obter uma entrevista, mesmo ligeira, do novo alto-comissário. Êsse nosso amigo prometeu interessar-se pelo caso e conversou com o sr. Rêgo Chaves, obtendo dêle permissão, embora com certas restrições, que respeitámos lealmente, de fazermos um artigo discreto sôbre a sua futura acção em Angola. Na entrevista que publicámos, como os leitores deviam ter reparado, não se faziam afirmações que o comprometessem; limitámo-nos a umas declarações pobrezinhas *nem carne, nem peixe* — mais ou menos do

género das que o *Diário de Notícias* publicou há dias — interpretação fiel do que o citado amigo nos disse serem as ideas do novo alto-comissário. Se a intrevista fôsse inventada por nós, com ideas nossas, decerto aos olhos dos nossos leitores o sr. Rêgo Chaves pareceria mais inteligente e conhecedor daqueles problemas que mais interessam à colónia, e aos quais não fêz ainda a menor referencia digna de menção.

Mas fomos benévolos, não quisemos com a nossa descrença que mais tarde o sr. Rêgo Chaves nos acusasse de pormos entraves à sua marcha. Apresentámos aos nossos leitores um alto-comissário simpático, bem escovado e engomado, e estávamos dispostos a conservarmo-nos na espectativa até que êle desmanchasse o que nos deu certo trabalho a compor, isto é, guardávamos o seu primeiro gesto *desastrado* para lhe dizermos que não era correcto ficar silencioso, ou quási mudo, ante um país que deseja saber: como será resolvida a questão das transferências dos dinheiros de Angola para a metrópole; se continuarão fechadas as associações da raça negra; se os jornais indígenas prosseguirão suspensos e os seus redactores na cadeia; se persistirão, sob a máscara de

contrato livre, as vendas de pretos para São Tomé e Principe; se o sr. Marques continuará a fazer monopólio de concessões que não sabemos a que mãos irão parar; se os algodoeiros portuenses e o Banco Ultramarino, guiados pelos sábios conselhos do muito douto e bemquisto Afonso Augusto da Costa insistirão com êxito em não querer que a moeda privativa de Angola se sujeite às naturais oscilações do câmbio que regula o valor de tôdas as moedas; se o sr. Venâncio Guimarães é pessoa de absoluta confiança; se os italianos não manejarão certos «patriotas» dispostos a passar-lhes para as mãos bons talhões de Angola, etc., etc., etc.

Emfim, parece que essa relutância do sr. Rêgo Chaves em fazer declarações públicas é pronúncio ou da sua ignorância absoluta da situação de Angola, ou da falta de tacto e—sem ofensa—de inteligência que o caracterizaram, quando ministro das finanças, naquele negócio das 400.000 libras de saüdosa memória, que incautamente cedeu a casas bancárias que nunca mais as pagaram.

O amigo que serviu de intérprete entre o redactor de *A Batalha* e o sr. Rêgo Cha-

ves poderá, se quiser, publicamente dizer se aquele alto funcionário sabia ou não que *A Batalha* queria entrevistá-lo por seu intermédio.

MÁRIO DOMINGUES

A Batalha
5-IX-1924

POLÍTICA COLONIAL

Já depois de escrito o artigo que com êste título noutro lugar publicamos, recebemos do ilustre alto-comissário de Angola a seguinte carta:

Sr. Director do jornal «A Tarde» —No jornal de V. acabo de ler uma entrevista realizada comigo em que me são atribuídas palavras, frases e pensamentos em resposta a um questionário que me foi feito por um representante do jornal que V. tão dignamente dirige.

Apelo para o carácter e lealdade de V. pedindo a publicação desta carta que tem por fim declarar sob minha palavra de honra que não concedi entrevista alguma e nem sequer expuz a pessoa alguma qualquer consideração sôbre o assunto «Angola ameaçada».

Ignoro as origens ou antes a razão actual para ter sobressaltos, cumprindo-me apenas declarar que em questões de patriotismo não cedo o meu pôsto e considero-me pelo menos na primeira linha dos que amam a sua Pátria.

Agradecendo, sou de V. com a maior consideração e estima, etc.—*Francisco da Cunha Rêgo Chaves.*

Dando plena satisfação aos desejos ma-

nifestados pelo sr. tenente-coronel Rêgo Chaves, devemos, no entanto, esclarecer que a entrevista em questão nos foi trazida ontem por pessoa de quem, pelas suas relações de amizade com o ilustre alto comissário, não podíamos de modo algum duvidar.

A Tarde
5-IX-1924

A PROPÓSITO

da entrevista com o Alto-Comissário de Angola e seu desmentido

Do nosso amigo dr. sr. Da Cunha Dias recebemos ontem a seguinte carta, que nos apressamos a dar à estampa:

Meu querido Mário Domingues—Antes de mais devo agradecer-lhe a prova de amizade e de confiança que os dois artigos publicados nos números de *A Batalha* de ontem e anteontem traduzem

E creia, Mário Domingues, que fiquei assombrado ao ler o desmentido de hoje, porque em nada eu desmereci da sua confiança. Não fui eu quem praticou um abuso.

E creia também que aos muitos favores que lhe devo me é grato ajuntar com carinho a maneira gentil porque V. publicando o desmentido — e nem eu sei como o mereci — grosseiro e — como é triste escrevê-lo—inábil, contraproducente, que tàcitamente, me acusa de um abuso de confiança, ressalva a possibilidade de eu o haver praticado.

E como não aceito por orgulho um dize tu, direi eu, aqui me fico, em guarda.

Porque, amigo, não percebo! tão súbita e estranha mudança. Mas adiante!

Deixe-me sómente, antes de terminar, contar-lhe um gesto do meu petiz. Há dias levei-lhe um burro de papelão, e o maroto do meu Lopo, não contente com ver o burro, tanto fêz que lhe abriu a barriga, certamente para ver ainda mais.

Nesta proximidade dos quarenta—faço os 38 em 15 do corrente — olha-se com muita ternura para os gestos da gente miúda, e eu — talvez porque nunca *conhecesse* pai — sou sempre solidário com os gestos dos meus filhos.

Amigo de sempre e mais uma vez agradecido.

DA CUNHA

A Batalha
6-IX-1924

SOBRE CORTES DE JORNAIS SE FAZ UM BREVE RELATO DA CAMPANHA E SEUS INCIDENTES, E DE COMO O AUTOR SE TORNOU AO COMBATE, PARANDO A DIFAMAÇÃO QUE LHE MOVERAM.

EM 18 de Setembro, como tinha anunciado, publicava a *Batalha,* do punho do autor e com sua firma, o primeiro artigo sôbre o desfalque do Tesouro Público.

A BATALHA

REGO CHAVES

O desfalque de um milhão de libras do Tesouro Publico

PALAVRAS CLARAS SOBRE UM CASO ESCURO

INSISTE o autor, em 20 de Setembro, com um novo artigo provando a «intenção criminosa» do *Batata* manifestada no esforço realizado para ocultar o crime.

REGO CHAVES

O destaque de um milhão de libras

O CRIMINOSO, COMO TODOS, DENUNCIA-SE QUANDO BUSCA ESCONDER-SE

TERCEIRO artigo foi publicado no dia 24 de Setembro rebatendo a primeira tentativa de contra opinião que se tentou formar.

)ximo domingo

IAVELMENTE

com paragem no Pôrto Brandão

migos de A BATALHA

REGATAS A VELA

O Feiaro o Girá

Estarazão. Heróia. Leonor. Canário.

5 de Outubro e Pé Leve.

POR **5$00**

12 anos terão passagem gratis

Primo de Rivera para Tetuão

imentos bárbaros

ção do exército de Africa

REGISTADO

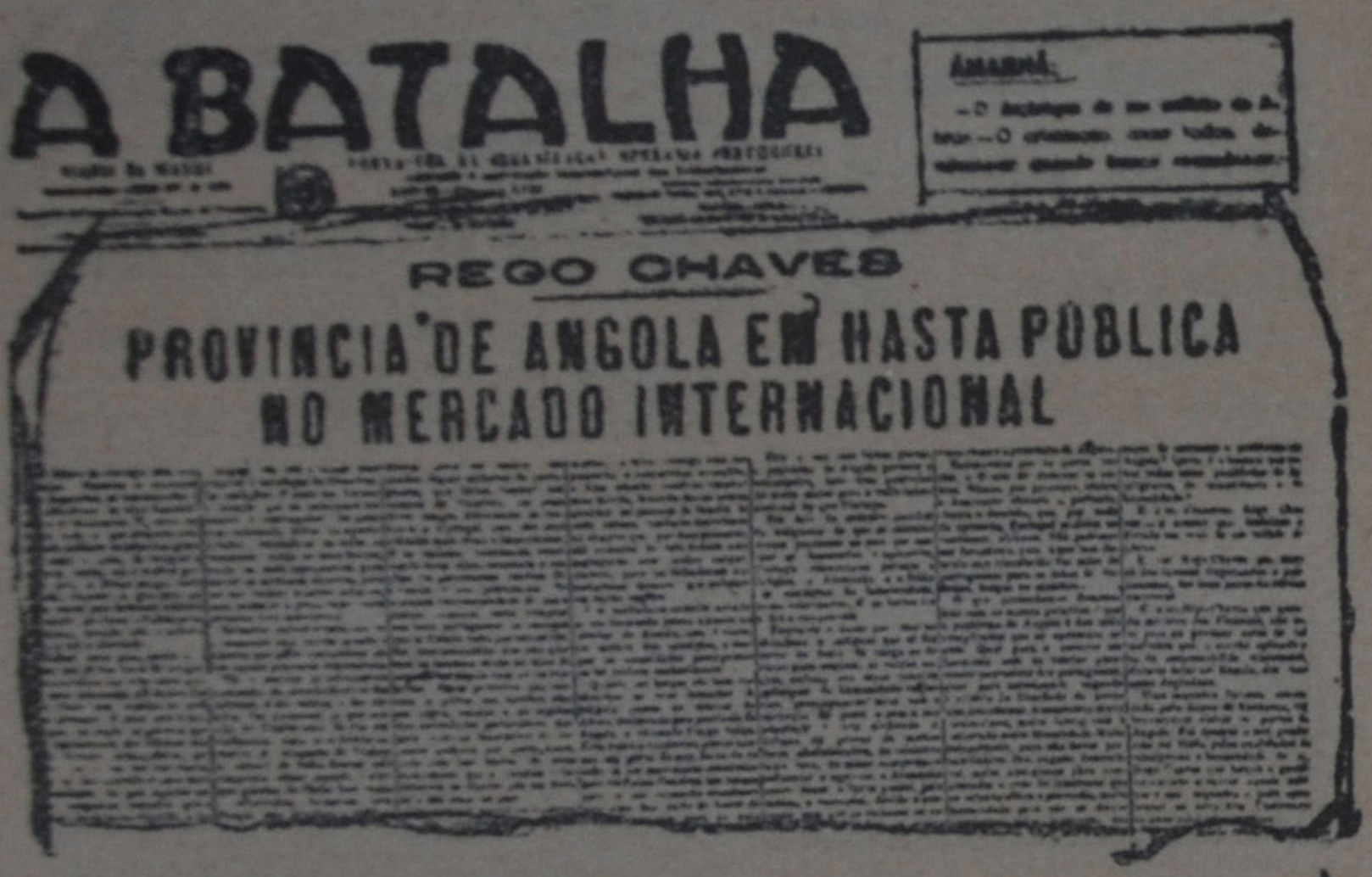
Destaque de 1 milhão de libras

A MARGEM DE UM CRIME

E MARROCOS

A Rússia Soviética

ENTRETANTO, alternando com os artigos do autor, Mário Domingues verberava o desleixo de uma danosa política colonial, defendia os indígenas.



A BATALHA

REGO CHAVES

PROVINCIA DE ANGOLA EM HASTA PÚBLICA NO MERCADO INTERNACIONAL

A BATALHA

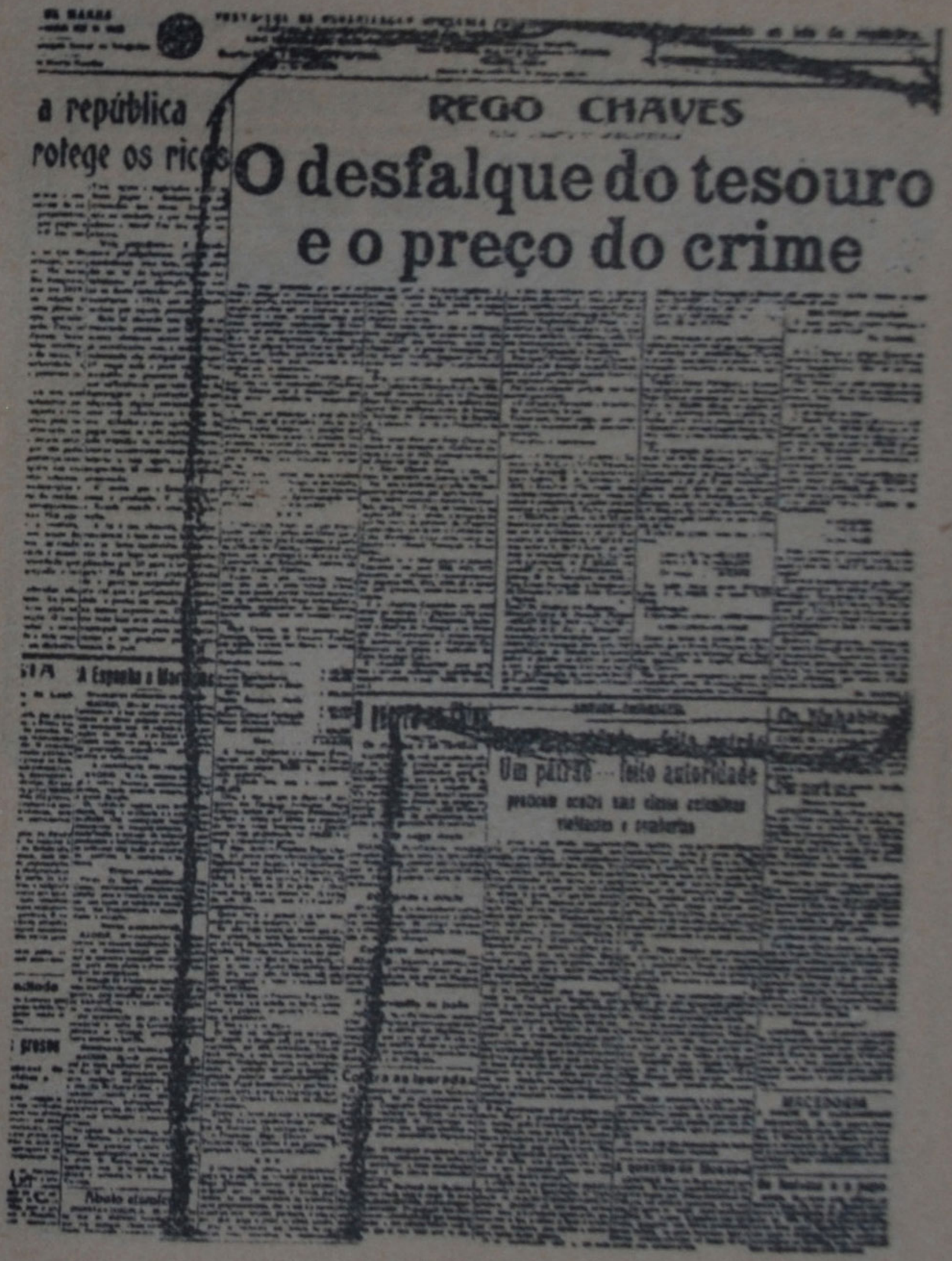
O SÉCULO e o DIÁRIO DE NOTÍCIAS foram postos em leilão na assembléa das "fôrças vivas"

REGO CHAVES

O povo negro de Angola

carne para negócio, alma para sofrimento, corpo para escravatura!

EMQUANTO o autor prosseguia insistindo no furto de um milhão e trinta mil libras, e delimitando a responsabilidade do criminoso e de seus cúmplices.


a república
rotege os ric
REGO CHAVES
O desfalque do tesouro
e o preço do crime
Um padre... feito autoridade

QUANDO, tendo mudado a direcção da *Batalha*, deu a campanha por terminada, em 5 de Outubro, com o artigo que abaixo se reproduz.

O câmbio desce
As "fôrças vivas,, barafustam

S "fôrças vivas

o povo reagir

REGO CHAVES

O capital dos Bancos pertence ao Estado
O lucro dos Bancos pertence aos banqueiros

Para que o leitor não se esqueça, eu volto a repetir

Rêgo Chaves furioso do Tesouro Público, quando em 1914 foi ministro das Finanças, um milhão e trezentos mil libras.

Por si dizem haver da minha parte desejo de lisonjear grande chapeleiro ao que, diz-se aqui, é uma operação de tesouraria. Todos nós sabemos que os patrões-enxovalham sempre uma falência para evitar à família em que os distribuem o papel de vítimas da sua boa fé e à sua ingenuidade, são contados, é claro, o capitalista da bancária em que o outro vadiou a falta de relógio, ou da carteira. Mas esta de chamar ao furto mais descarado, operação de Tesouraria, é nova. Pelos menos para mim.

Mas, se não é, porque nos não acionam a mim e ao Mário Domingues que lhe faz de Grosa, bem-claro, e bem legível escrevemos:

Francisco Rêgo Chaves é um gatuno!

Mas na mala

Dos lucros fabulosíssimos, em, o Banco Economia Portuguesa, teve parte dada altura um ponto de saúde e razão, honestamente, sem certo descontentamento — pague 30.000 contos.

O Estado somente um comissário em ponto dos portos?

O artigo 18 do regulamento de 11 de agosto de 1856, preceitua:

Aos interessados em Bancos existentes estabelecidos, ao todo ou em parte, as obrigações contraídas no exercício dos seus empregos, o governo somente reconhecerá aos que fecharem com o Governo até à rectificação do estado de cada um dos estabelecimentos aos empregados ocupados no mês anterior ao da data da falência.

O Banco Português e Brasileiro, o Banco Espírito Santo, a Casa Farinha não satisfizeram obrigações contraídas no exercício das suas operações

Se isto é outro negócio, eu não estudo porque não domino o Estado vai reconhecer tão rasgadamente Bancos

O Banco Português e Brasileiro, o Banco Espírito Santo, a Casa Farinha pagaram... o primeiro as 250.000 libras que deve, os outros as 100.000 libras que cada um deles deve ao Estado?

O Banco Espírito Santo tem:

Capital	7.200.000$00
Reservas	4.263.038$77
	11.463.038$77

Deve ao Estado, fora os juros, 100.000 libras, que a 1$600 são 12.000.000$00. E eu pergunto-te, leitor, ¿de quem é o Banco? Tem 30 mil contos. Deve dois mil. ¿De quem é o Banco?

O Banco Português e Brasileiro tem:

Capital	10.000.000$00
Reservas	10.000.000$00
	20.000.000$00

Deve ao Estado, fora os juros, 200.000 libras, que, a 1$600, são 25.200.000$00. E eu pergunto-te, leitor, ¿de quem é o Banco? Tem 30 mil contos. Deve ao Estado, isto é, a todos nós, 25.200 contos. ¿De quem é o Banco?

Festejou-se ontem a proclamação da República.

Foguetório, elementos oficiais, [illegible] nada. Só em poucos de curiosidade por vêr desfilar as tropas vindas da parada da Rotunda.

12.000 homens confiaram ontem, tornando nas espadinhas a assistir ao sol as baionetas. 12.000 homens custa hoje a guarnição de Lisboa para defender o regime e os crimes dos governos, os Bancos e a cupidez dos banqueiros!

Em 4 de outubro de 1910 uns poucos de populares bastaram para assombrar os representantes da imprensa estrangeira que, para o mundo ouvir, enviaram com palavras de admiração e reportagem fotográfica do facto extraordinário—alguns pedacinhos guardados, espingardas ao ombro os Bancos e os seus milhões!

Mal sabia o povo de descalço que há anos depois, o dinheiro ensanguentado ao seu esforço e ao seu labor, em vez de lhe preparar uma sociedade mais instruída, mais livre, mais rica, lhe atraiçoaria as suas esperanças, as suas ilusões, os seus sonhos, os seus trabalhos, 12.000 homens todos custam ao

não crescem, apodrecem porque os não instruíram, o que hoje impedem que, em nome do Direito, ele exija seja, ratinido por esses bancos, que pelo galhardamente guardou em 1910, o que a ele também pertence, porque é de nós todos!

Senhores da governação: 12.000 homens são pouco para abafar os protestos, que hoje são vos o tornarão serão clamor; 12.000 homens não projectam sombra que cubra a mancha vermelha do incêndio que devorou parte do Arsenal, o Depósito de Fardamentos, as Escrivanias Portais e paquete «Africa»!

Pouca gente 12.000 homens, para garantir a impunidade no crime, no furto, à dilapidação, à criminalidade, à baixeza, ao esbulho que têm sido estes estorvos anos de administração pública, e gente de mais para impôr o contrato da lei. Para isso basta uma companhia reata e a sorte de clarins!

Os CUNHA

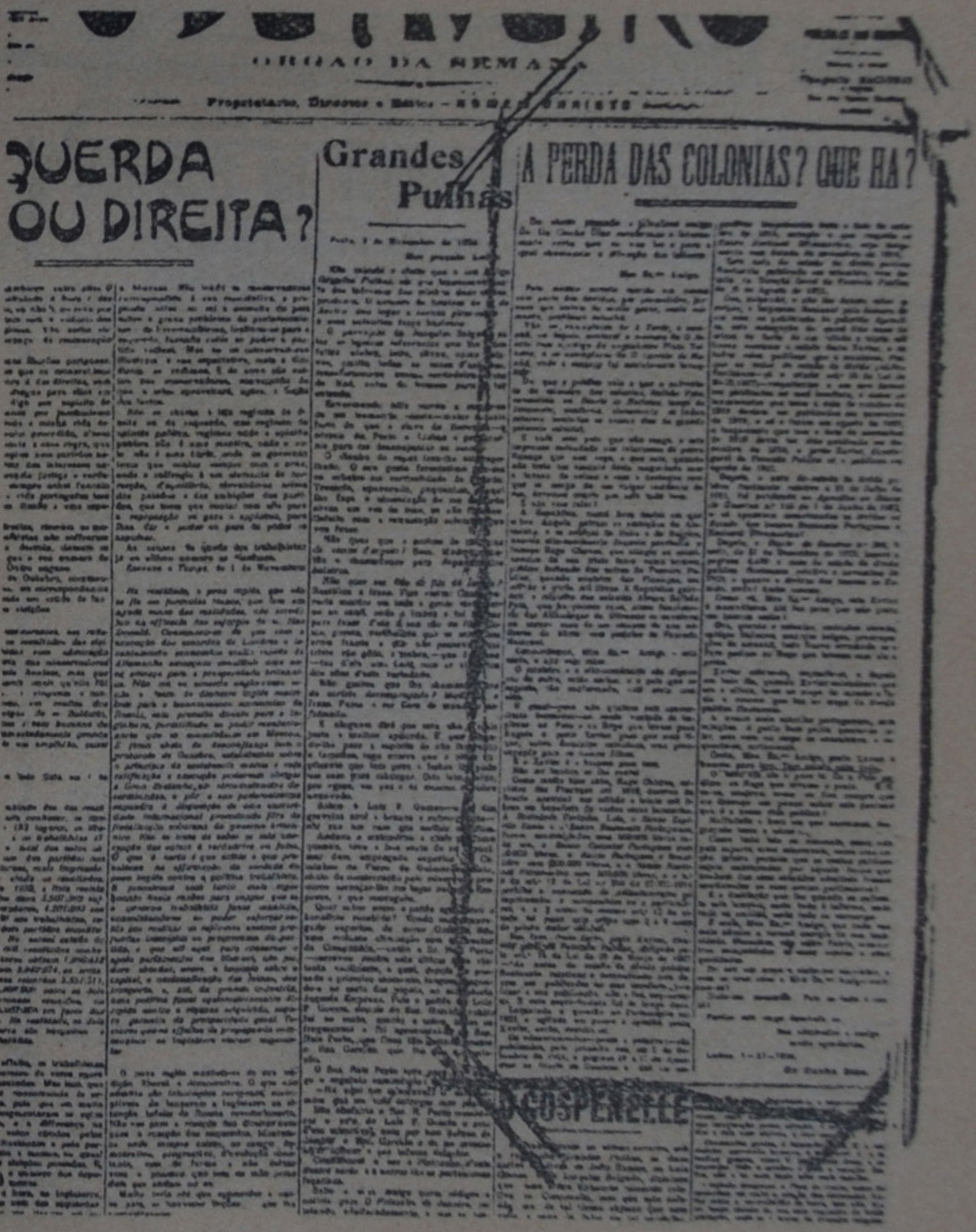
Situação dos presos

Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade

Lamenta este Secretariado que ao ser [illegible] o 14.º aniversário da execução [illegible] prisões de outras regiões do país, que, atenta as circunstâncias [illegible] o maior dos esforços em [illegible] a fim de a libertar dos grilhões dos elementos reaccionários que [illegible] fazem parte e até mesmo de algumas que à sua ordem [illegible] outras mesmas prisões, porque na hora [illegible] desta república que se diz de [illegible] se encontram elementos [illegible] monárquicos e reaccionários [illegible] certo receio de contestação, [illegible] reflectem verdadeiramente sobre todos os [illegible] uma república democrática [illegible] e aos constatamos [illegible] lamentavelmente alguns [illegible] cerceados da liberdade [illegible] vista dos mesmos [illegible], sobre vários inverdades [illegible] se lhes [illegible] devido à grande [illegible] geral existente por todo o país [illegible] de prisões [illegible] mente [illegible] número de [illegible] de individuos [illegible] detenções [illegible] sem [illegible] alguns.

[illegible] requeremos [illegible] os nomes [illegible] os Marinheiros [illegible] Alcides José Filipe, [illegible] Sena, Cabo [illegible] Pinto Cunha [illegible] Joaquim Pinto da Cunha [illegible] se [illegible] [illegible] [illegible]

PORÊM, de um ocasional encontro com o director de *O De Aveiro* resultou a publicação de mais um artigo, em 9 de Outubro, naquele jornal.



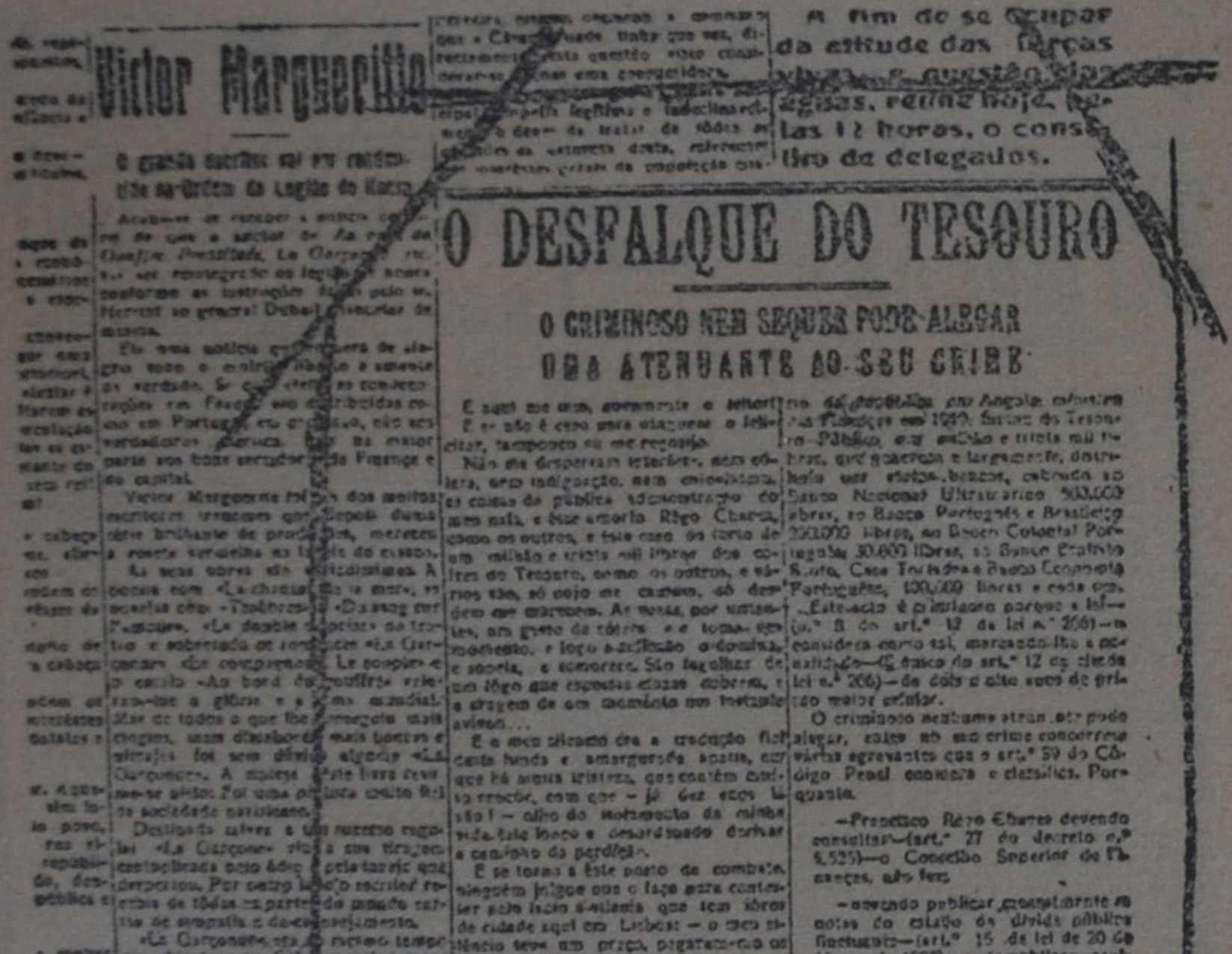
ESQUERDA OU DIREITA?

Grandes Pulhas

A PERDA DAS COLONIAS? QUE HA?

OSPERELLE

CORRESPONDEU ao silencio do autor a segunda tentativa de escamoteamento da opinião, e mais um artigo publicado na *Batalha* em 12 de Outubro.



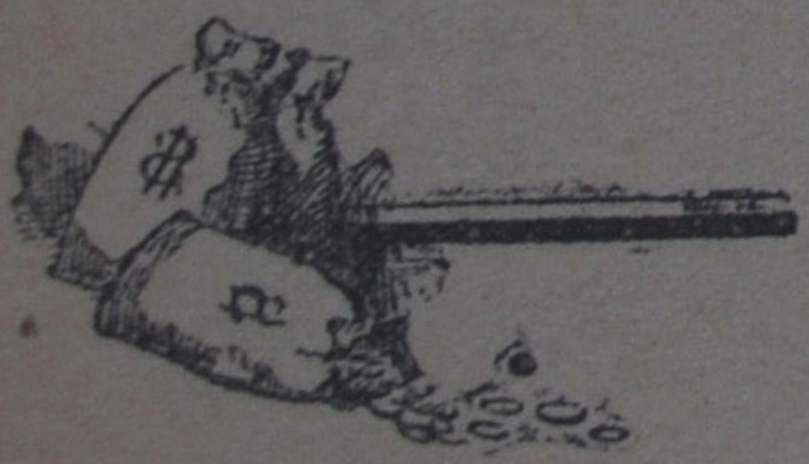
Victor Margueritte

A fim de se ocupar da attitude das forças [illegible] reune hoje, pelas 12 horas, o conselho de delegados.

O DESFALQUE DO TESOURO

O CRIMINOSO NEM SEQUER PODE ALEGAR UMA ATENUANTE AO SEU CRIME

TRANSCREVEM-SE OS REPRODUZIDOS ARTIGOS E ACRESCENTA-SE UM OUTRO EM QUE SE VERIFICA ENTRE OS PATOS HAVER ALGUNS QUE NÃO SE DEVEM CLASSIFICAR ENTRE OS PALMIPEDES.



RÊGO CHAVES

O DESFALQUE DE UM MILHÃO DE LIBRAS DO TESOURO PÚBLICO

PALAVRAS CLARAS SÔBRE UM CASO ESCURO

O leitor está certamente lembrado!

Êste Rêgo Chaves, agora eleito alto-comissário da República em Angola, foi, há uns poucos anos, ministro das finanças.

E o leitor lembra-se, certamente, daqueles milhares de libras que o mesmo Rêgo Chaves, então ministro das finanças, desviou do erário nacional a título de empréstimo a vários bancos e uma decantada casa comercial — Casa Torlades, misteriosa e estranha sociedade que, sendo constituída por portugueses e sendo portugueses residentes em Portugal os seus directores, tem a sede em Paris.

Recorda-se o leitor!...

O caso foi tratado, aí em certa imprensa,

para numa discussão amável de compadres derimir se o pagamento ao Estado por parte daqueles bancos se deveria efectuar em libras ou em escudos.

Pois bem! Rêgo Chaves, então, 1919, ministro das finanças, hoje alto-comissário da República em Angola, desviou do erário nacional:

Sociedade Torlades, L.da....	£ 100.000
Banco Espirito Santo	» 100.000
Banco Português e Brasileiro	» 200.000
Banco Colonial Português...	» 30.000
Banco Economia Portuguesa.	» 100.000
Banco Nacional Ultramarino —depósito.....	» 500.000

O que tudo soma 1 milhão e trinta mil libras, ou seja—(fazendo à libra o preço actual de 150 escudos)—Escudos 154.500.000$00, cento e cinqüenta e quatro mil e quinhentos contos.

Uns pagaram, quando e como quiseram, pagou o Banco Nacional Ultramarino e o Banco Colonial Português; outros pagaram parte, o Banco Economia Portuguesa (30.000 £); e outros, Casa Torlades, Banco Espirito Santo e Banco Português e Brasileiro, não pagaram coisa nenhuma.

De maneira que o erário público está

ainda desfalcado em 470.000 libras, que em moeda portuguesa são a bonita e redonda conta de 70.500.000$00, setenta mil e quinhentos contos.

Fóra o resto ! As libras foram emprestadas a preços e em condições várias, umas para uns, outro câmbio e outro juro para outros, sem que uma determinante razoável o explicásse ; e ainda — e é êste o resto — acrescendo o prejuizo que o Estado sofreu quando para satisfazer os seus compromissos teve que comprar aos banqueiros as libras que êste amável Rêgo Chaves lhes havia emprestado.

Porque — note o leitor ! — nada que seja claro ou recto justifica a cedência daqueles milhares de libras !...

Está o nosso país — rico pelo seu extenso domínio colonial — na situação de uma velha e rica casa afidalgada que uma incompetente, para não dizer crapulosa administração lançou a caminho da ruína.

Deve-se a fornecedores, paga-se com atraso de meses a funcionários, a pobres reformados ; abandona-se, á custa de irremediáveis prejuízos, a reparação urgente de estradas, de edificios públicos ; descura-se a instrução, a assistência...

E para que o paralelo mais exacto nos pareça, mais real se visione, até ainda há pouco a prata se empenhou!

¿E acaso faz sentido, acaso alguém justifica o administrador dessa casa arruïnada que, e para mais sem garantias desvie em benefício de terceiros, empreste dos seus escassos, insuficientes rendimentos, milhares e milhares de contos?

Os mais generosos, ou os mais ingénuos comentarão—incompetência, parvoíce; mais avisadamente, outros dirão arregalando, talvez, o ôlho cubiçoso—esperteza.

E eu acrescento esta palavra breve—**Crime!**

Grave e covarde crime, que desfalcando o tesouro público, veio incidir sôbre a economia nacional agravando a negra sorte de muitos lares, que escureceu a miséria de milhares de criaturas! Grave e repugnante crime que se alguém tivesse a energia varonil de se opor com desassombro ao descalabro de administração que nos subverte, atiraria com êste generoso Rêgo Chaves para um lugar que mais condignamente lhe pertence que o de alto-comissário da República em Angola:—

A Penitenciária!